



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 1 de 38

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº **08520.006717/2012-40**

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual prestação de serviços continuados de marinharia, bem como serviços gerais de convés, das embarcações pertencentes ou apreendidas, a serviço do Grupo de Polícia Marítima, da Delegacia de Polícia de Imigração, da Polícia Federal em Sergipe (GPOM/DELEMIG/SR/DPF/SE), doravante denominado GPOM, com execução mediante o regime de empreitada por preço global, para atender às necessidades do Departamento de Polícia Federal em Sergipe, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE/ POSTOS
1	Marinheiro Auxiliar de Convés (MAC) de domingo a domingo/24 horas sete por sete dias	01

1.1.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, caracterizando-se como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não-inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos;

1.1.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 2 de 38

1.1.2.1. Para fins de comunicação das ordens do dia ou demais informações e necessidades ordinárias do serviço, o funcionário da empresa responderá, para todos os fins, como preposto da empresa contratada (exceto quando outro funcionário, formalmente designado pela contratada, encontrar-se presente), responsabilizando-se, neste caso, pelo repasse das informações à contratada.

1.1.3. A adoção do critério de remuneração por posto de trabalho deve-se à inviabilidade da adoção do critério de aferição dos resultados.

1.1.3.1. Tal inviabilidade deve-se ao fato de tratar-se de serviços mistos; todos de atribuição da categoria profissional, mas com unidades de medida distintas e execução sazonal e esporádica, impossibilitando a estimativa prévia de quantitativos;

1.1.3.2. Resumidamente, os serviços a serem executados são:

1.1.3.2.1. Serviços de limpeza, conservação e zeladoria;

1.1.3.2.1.1. Unidade de medida: metros quadrados.

1.1.3.2.2. Serviços auxiliares de apoio à navegação e manobras;

1.1.3.2.2.1. Unidade de medida: quantidade de viagens e manobras.

1.1.3.2.3. Serviços de movimentação de materiais e instrumentos e abastecimento de suprimentos;

1.1.3.2.3.1. Unidade de medida: carga movimentada em Kg.

1.1.3.2.4. Serviços de operação de instrumentos e manutenção preventiva.

1.1.3.2.4.1. Unidade de medida: quantidade de intervenções.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 3 de 38

2. JUSTIFICATIVA

2.1. A execução do serviço em tela atenderá às necessidades do GPOM, nos seguintes termos:

2.1.1. motivação da contratação:

2.1.1.1. conforme Art. 144 da Constituição Federal (especialmente o inciso III do § 1º), é competência da Polícia Federal exercer a função de polícia marítima, além de prevenir e reprimir aos crimes ambientais e o narcotráfico, além de outras atribuições. E a atuação do Marinheiro Auxiliar de Convés (MAC) configura-se como atividade acessória indispensável ao bom andamento dos trabalhos policiais de competência do DPF e que utilizem as embarcações da flotilha para tal mister;

2.1.1.2. conforme o Código Internacional para a Proteção de Navios (ISPS Code), com tradução tornada pública por meio da Portaria Nº 5/SEC-IMO, de 20 de julho de 2009, publicada no D.O.U. nº 137, de 21 de julho de 2009, a Polícia Federal, na condição de cumpridor e signatário, tem a atribuição de executar a proteção e monitoramento do Porto de Sergipe. Função esta que depende diretamente do bom funcionamento e disponibilidade das embarcações da flotilha do órgão, a cargo do MAC;

2.1.1.3. conforme alínea b) do item 0321 da Seção IV das NORMAS E PROCEDIMENTOS DA CAPITANIA DOS PORTOS (NPCP) de Sergipe, disponível em <http://www.mar.mil.br/cpse/normas.html>, a presença a bordo de um membro da tripulação é obrigatória. Função esta que o MAC atenderá;

2.1.1.4. nos quadros do órgão inexistem servidores com atribuições funcionais inerentes ao desempenho de tais atividades. Bem como não se dispõe de outros servidores com capacitação, habilidades ou em quantidade suficiente



CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 4 de 38

para o desempenho adequado destas atividades, mesmo que em desvio eventual de função;

2.1.1.5. tais atividades não constituem objeto ou atividade fim da instituição, configurando-se como atividades acessórias;

2.1.1.6. a área de fundeio das embarcações fica a uma distância superior a dois mil metros da linha da costa, do lado esquerdo do mole do Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), em mar aberto e expostas a oscilação das marés, do vento, das mudanças de correntes marítimas (vide imagens abaixo), requerendo serviços de zeladoria 24 horas;



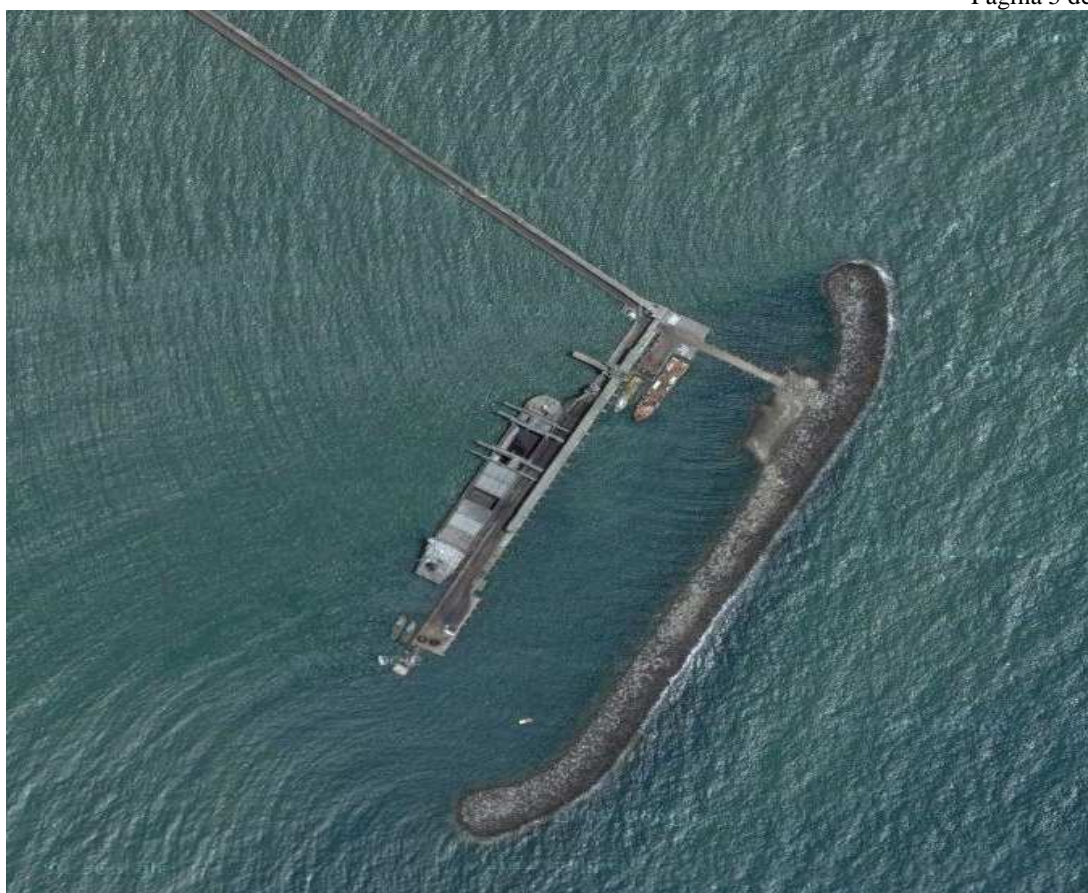


CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 5 de 38



Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB)

2.1.1.7. conforme Art. 23, I, da Constituição Federal, é competência da União conservar o patrimônio público;

2.1.2. benefícios diretos e indiretos que resultarão da contratação:

2.1.2.1. otimização dos serviços, devido ao uso de profissional habilitado e qualificado; bem como pelo uso de material e utensílios próprios para as atividades específicas;

2.1.2.2. disponibilidade das embarcações, de vaga seca e de vaga molhada, limpas, supridas e preparadas para pronto uso a qualquer momento;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 6 de 38

2.1.2.3. embarcações vistoriadas antes e após o uso, garantindo a segurança do uso e prevenindo transtornos ao desempenho do serviço policial;

2.1.2.4. correto posicionamento das embarcações de vaga molhada em relação às correntes marinhas que adentram o porto (TMIB);

2.1.2.5. garantia da segurança das embarcações em relação à amarração, cujos cabos serão verificados constantemente, prevenindo problemas que possam ser causados pelas variações da maré e dos ventos incidentes no local da boia de amarração, em mar aberto;

2.1.2.6. atendimento às determinações, normas e recomendações, emanadas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Autoridade Marítima (CPSE), Ministério Público do Trabalho (MPT), Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI) e demais órgãos normatizadores, fiscalizadores e reguladores;

2.1.2.7. cumprimento das atribuições constitucionais, legais, regulamentares, regimentais e normativas da Polícia Federal na área de polícia marítima.

2.1.3. conexão entre a contratação e o planejamento existente:

2.1.3.1. item 6.2 do Plano Estratégico do DPF 2010/2022, aprovado pela Portaria Nº 1735/2010-DG/DPF, de 3 de novembro de 2010, publicada no Boletim de Serviço nº 209, de 4 de novembro de 2010:

“6. FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

6.2. Apoio logístico efetivo

Dispor de um sistema de logística que permita manter todas as suas unidades em pleno funcionamento, sobretudo em situações adversas.”

2.1.3.2. item 7.4 do Plano Estratégico do DPF 2010/2022:

“7. POLÍTICAS CORPORATIVAS

“7.4. Proteção ao meio ambiente



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 7 de 38

Prevenir e reprimir os crimes ambientais e implementar uma cultura de responsabilidade socioambiental, buscando o equilíbrio da natureza, o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos.”

2.1.3.3. item 9.7 do Plano Estratégico do DPF 2010/2022:

“9. OBJETIVOS INSTITUCIONAIS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

9.7. Objetivo Institucional: Otimizar o Emprego dos Bens e Recursos Materiais

Modernizar a gestão do patrimônio e dos recursos materiais da instituição, aperfeiçoando o seu emprego e utilização.”

2.1.3.4. Art. 4º do PPA 2012-2015:

“Art. 4o O PPA 2012-2015 terá como diretrizes:

(omisis)

V - a excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços à sociedade;

VI - a garantia da soberania nacional;

VII - o aumento da eficiência dos gastos públicos”

3. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

ITEM OU SERVIÇO	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE E/ POSTOS	HORÁRIO/ PERÍODO	CARGA HORÁRIA
Marinheiro Auxiliar de Convés	Embarcações sob a responsabilidade do GPOM	01	24h 7/7 segunda-feira a domingo	7/7 dias



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 8 de 38

3.1.1. os horários poderão ser alterados de acordo com as necessidade do serviço policial;

3.1.1.1. as alterações serão notificadas à contratada, que poderá apresentar manifestação contrária, desde que razoável, fundamentada e circunstanciada;

3.1.1.2. a análise da manifestação fundamentada e circunstanciada da contratada será efetuada pela fiscalização da contratante em até 72 horas, e deverá tratar, dentre outros, dos seguintes aspectos:

3.1.1.2.1. aceitabilidade (há fundamentação legal, normativa, contratual etc? Há descrição pormenorizada das circunstâncias, fatos, ocorrências verificadas ou futuras?);

3.1.1.2.2. razoabilidade (a contratante tem razão em sua manifestação?);

3.1.1.2.3. concordância (a Administração concorda/acata a manifestação?).

3.1.2. As viagens eventuais serão realizadas de acordo com as necessidades da Contratante e o número total estimado é de 6 (seis) viagens por ano;

3.1.3. O número total anual de diárias considerado nas viagens será de 30 (trinta) diárias, incluindo o custo de deslocamento do local de desembarque para o local de hospedagem e vice-versa, hospedagem, alimentação e locomoção urbana, sendo seu custo detalhado na Planilha de Custo e Formação de Preços que Compõe o Valor de Referência.

3.2. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissionais pertencentes às seguintes categorias de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO:

ATIVIDADE OU SERVIÇO	CÓDIGO	OCUPAÇÃO
Serviços gerais de convés e de marinharia	7827-05	Marinheiro Auxiliar de Convés (MAC)



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 9 de 38

3.2.1. por tratar-se de profissão regulamentada por Norma da Autoridade Marítima (Marinha do Brasil), a ocupação acima indicada deverá ser exercida por trabalhadores com ensino fundamental e curso básico de qualificação profissional de Marinheiro Auxiliar de Convés;

3.2.1.1. a qualificação profissional acima indicada deverá ser comprovada mediante Carteira de Identificação e Registro (CIR) ou outro documento próprio, emitida pela Marinha do Brasil ou autoridade competente, em plena validade;

3.3. critérios ambientais e de sustentabilidade adotados:

3.3.1. Nos termos do Anexo V da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, bem como em atenção às orientações do GUIA PRÁTICO DE LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS DA CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO – AGU (disponível no sítio www.agu.gov.br), tendo em vista que a execução do serviço se dará em ambiente marítimo, sensível a degradação ambiental e poluição, a contratada deverá adotar as seguintes providências:

3.3.1.1. realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pela tripulação, tanto na embarcação como nos demais ambientes de trabalho utilizados durante a execução contratual, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, quando possível, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, conforme disponibilidade no local;

3.3.1.2. acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis, para fins de disponibilização à coleta seletiva, quando disponível;

3.3.1.3. otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 10 de 38

- 3.3.1.3.1.** racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- 3.3.1.3.2.** substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 3.3.1.3.3.** usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- 3.3.1.3.4.** racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme parâmetros modelo contidos no Decreto estadual nº 4 8.138, de 8/10/2003, do Estado de São Paulo;
- 3.3.1.3.5.** realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 3.3.1.3.6.** treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
- 3.3.1.4.** utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível, desde que apropriada para tal finalidade;
- 3.3.1.5.** observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94, e legislação correlata, quanto aos equipamentos de limpeza e similares que gerem ruído no seu funcionamento;
- 3.3.1.6.** fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 3.3.1.7.** respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e demais normas específicas da Autoridade Marítima aplicáveis;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 11 de 38

3.3.1.8. desenvolver ou adotar manuals de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:

3.3.1.8.1. pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;

3.3.1.8.2. lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

3.3.1.8.3. pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.”

3.3.1.9. garantir que o detergente em pó, porventura utilizado na execução dos serviços, possua composição que respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, suas atualizações e legislação correlata;

3.3.1.10. efetuar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol e lâmpadas fluorescentes, originários da execução do contrato, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme disponibilidade no local;

3.3.1.11. efetuar o recolhimento e o adequado descarte dos pneus usados ou inservíveis originários da execução do contrato, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, ou entregando-os ao estabelecimento que houver realizado a troca do pneu usado por um novo, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 01, de 18/03/2010,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 12 de 38

conforme artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 1º e 9º da Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009, e legislação correlata;

3.3.1.12. efetuar o recolhimento e o adequado armazenamento e descarte do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da execução do contrato, bem como de seus resíduos e embalagens, nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, suas atualizações e legislação correlata, obedecendo aos seguintes procedimentos:

3.3.1.12.1. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, suas atualizações e legislação correlata;

3.3.1.12.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, suas atualizações e legislação correlata;

3.3.1.12.3. exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, suas atualizações e legislação correlata.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 13 de 38

3.3.1.13. providenciar o adequado recolhimento e armazenagem das pilhas e baterias originárias da execução do contrato, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 03, de 30/03/2010, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, suas atualizações e legislação correlata;

3.3.1.14. garantir a adequada destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008 e suas atualizações, não permitindo formas inadequadas de destinação final, tais como:

3.3.1.14.1. lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

3.3.1.14.2. queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

3.3.1.14.3. lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

3.3.1.15. garantir que as pilhas e baterias a serem utilizadas na execução dos serviços possuam composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008 e suas atualizações, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 03, de 30/03/2010 e suas atualizações;

3.3.2. também são proibidas à contratada as seguintes formas de destinação e utilização de quaisquer resíduos sólidos originários da execução do contrato:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 14 de 38

3.3.2.1. deposição inadequada no solo;

3.3.2.2. deposição em áreas sob regime de proteção especial e áreas sujeitas a inundação;

3.3.2.3. lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telecomunicações e assemelhados;

3.3.2.4. infiltração no solo sem tratamento prévio e projeto aprovado pelo órgão de controle ambiental estadual competente;

3.3.2.5. utilização para alimentação animal, em desacordo com a legislação vigente;

3.3.2.6. utilização para alimentação humana.

3.3.3. a contratada deverá acondicionar para coleta de forma adequada todos os resíduos sólidos originários da execução do contrato, cabendo-lhe observar as normas municipais que estabelecem as regras para a seleção e acondicionamento dos resíduos no próprio local de origem, e que indiquem os locais de entrega e coleta;

3.3.4. nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000 e suas respectivas atualizações, na execução dos serviços contratados é vedada a utilização e/ou a liberação na atmosfera de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000;

3.3.5. é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 15 de 38

como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;

3.3.6. caso seja verificado algum impedimento incontornável ao atendimento de algum dos itens acima, a contratada deverá notificar à Administração, de forma circunstanciada e fundamentada, para análise e deliberação;

3.3.6.1. a análise e deliberação por parte da Administração deverá ser feita em prazo não superior a 15 (quinze) dias, a partir do recebimento da notificação; de forma a não inviabilizar a execução dos serviços contratados;

3.3.6.2. a contratada será notificada da decisão fundamentada da Administração no prazo de até 48 (quarenta e oito);

3.3.6.3. quando da notificação, a empresa poderá consignar informação expressa de que o serviço será executado desde já sem a atendimento da(s) exigência(s) questionada(s), desde que demonstrado o interesse do serviço e sua continuidade, até que seja emitida deliberação conclusiva por parte da Administração; de forma a proporcionar as condições mínimas necessárias para continuidade da execução dos serviços contratado;

3.3.6.4. a deliberação da Administração deverá ser precedida de consulta à Cooperativa dos Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE) e/ou à Empresa Municipal de Serviços Urbanos da Prefeitura de Aracajú (Emsurb), para certificar-se da disponibilidade ou não do serviço de coleta seletiva que atenda de forma razoável às exigências acima.

3.3.7. o não atendimento de alguma das exigências, combinada com a ausência de notificação nos termos do item acima, implicará na aplicação de sanções por inexecução parcial do contrato, nos termos firmados.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 16 de 38

4. DEMANDA DO ÓRGÃO

4.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características e condições específicas:

4.1.1. usuários: policiais federais atuantes nas operações marítimas na costa litorânea e nos estuários dos rios de Sergipe, nas atividades de vistoria de embarcações e combate a crimes, especialmente ambientais e narcotráfico; além de patrulhando das plataformas de exploração de petróleo do litoral sergipano;

4.2. horário de funcionamento do órgão:

4.2.1. expediente regular: 07:00 às 21:00, de segunda a sexta-feira (exceto feriados e pontos facultativos);

4.2.2. plantão policial: 24 horas por dia, 7 dias por semana.

4.3. horário em que deverão ser prestados os serviços: 24 horas por dia, 7 dias por semana.

4.4. restrições referentes a segurança institucional, privacidade etc:

4.4.1. além das salvaguardas de praxe em ambiente de trabalho, é vedada a divulgação de informações, nos termos do Compromisso de Manutenção de Sigilo (Anexo VIII do Edital), a ser firmado por todos os funcionários da contratada vinculados ao contrato.

4.5. disposições normativas internas:

4.5.1. Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, aprovado pela, Portaria nº 2.877, de 30 de dezembro de 2011, do excelentíssimo senhor Ministro de Estado de Justiça interino, publicada no D.O.U. nº 01, seção 1, de 02 de janeiro de 2012;

4.5.2. Instrução Normativa Nº 051/2011-DG/DPF, que regulamenta o acompanhamento, a fiscalização e o controle dos contratos previstos no art. 67 da Lei no. 8.666/93 no âmbito do Departamento de Polícia Federal.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 17 de 38

4.6. cópias dos normativos internos e demais documentos citados, não disponíveis ao público via internet, poderão ser fornecidas aos interessados, mediante solicitação enviada ao e-mail cpl.srse@dpf.gov.br ou fax 79-3234 8534;

4.6.1. independentemente do meio utilizado para a solicitação, a resposta será sempre via e-mail, conforme endereço obrigatoriamente fornecido pelo solicitante.

4.7. embarcações onde se dará a execução dos serviços:

4.7.1. pequeno porte:

4.7.1.1. 1 (um) flex boat;

4.7.1.2. 2 (dois) jet Sky.

4.7.2. grande porte:

4.7.2.1. SEAP-14;

4.7.2.2. Leave To Me;

4.7.2.3. Sussuarana-3.

4.7.3. observações:

4.7.3.1. as embarcações de vaga molhada são de 36, 40 e 41 pés de comprimento;

4.7.3.2. o peso aproximado é de 10 (dez) toneladas cada;

4.7.3.3. estão avaliadas atualmente em R\$ 4.000,00 (milhões de reais).

5. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

5.2. rotinas de execução dos serviços;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 18 de 38

- 5.2.1.** atender às manobras da embarcação, ocupando os postos para os quais tenha sido escalado;
- 5.2.2.** ajudar na execução das manobras de fundeio, suspender, atracar, desatracar, estrada e saída de diques e quaisquer outras fainas;
- 5.2.3.** receber, no convés da embarcação, e transportar para os paios respectivos o material de custeio pertencente à seção de convés;
- 5.2.4.** operar os aparelhos de manobra e peso, nas fainas da embarcação (acionar guinchos, suspender e arriar paus de carga, guindastes, preparar cábreas, acunhar e desacunhar escotilhas, colocar dalas, rateiras, defensas e balões no costado, luz de bulbo, cabo de segurança de proa e popa) ou onde se fizer necessário;
- 5.2.5.** executar os serviços necessários à conservação, tratamento, limpeza da embarcação, dos paióis (paiol da amarra, conveses, costado, escotilhas, amuradas, escadas, varandas, passarelas, superestruturas, mastros, guindastes, cábreas, gigantes, turcos, tetos, anteparas, balsas, berços, baleeiras, extratores de ar, ventiladores de gola) e dos demais compartimentos de sua responsabilidade;
- 5.2.6.** executar todas as tarefas determinadas pelo Contramestre da embarcação, tais como limpeza, tratamento, lubrificação e quaisquer outras rotinas de manutenção do material de convés;
- 5.2.7.** baldear e adoçar a embarcação;
- 5.2.8.** executar os serviços necessários à conservação das embarcações auxiliares, mangueiras de incêndio, bombas, bóias, salva-vidas, balsas, bancos e todo material volante;
- 5.2.9.** executar os serviços necessários à conservação dos estais, brandais, covéns e amantes, pelo consertos em estropos e fundas, costura em lona e demais cabos de bordo;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 19 de 38

- 5.2.10.** auxiliar o Contramestre em todas as fainas do convés, inclusive nas sondagens;
- 5.2.11.** executar os serviços necessários à conservação dos próprios camarotes;
- 5.2.12.** auxiliar o Contramestre em todas as fainas do convés, efetuando pessoalmente a distribuição e o recolhimento do material necessário a faina diária, quando nas funções de Faroleiro; e
- 5.2.13.** colocar na proa e popa, junto às tomadas de carga e combustível, e nos locais de embarque de cargas perigosas, o material móvel de combate a incêndio, quando determinado pelo Oficial responsável.
- 5.3.** quantidade da mão de obra estimada para execução dos serviços:
- 5.3.1.** 1 (um) posto com 2 (dois) funcionários, em escala de sete dias de trabalho por sete dias de folga;
- 5.4.** a contratada deverá fornecer todo o material necessário e adequado para a execução regular dos serviços contratados;
- 5.5.** Correrá a exclusivo ônus da Contratada o fornecimento dos materiais, utensílios e equipamentos suficientes e necessários à execução dos serviços contratados;
- 5.6.** condições do local onde o serviço será realizado o trabalho:
- 5.6.1.** os serviços serão executados nas embarcações elencadas no item 3.6;
- 5.6.2.** o local de fundeamento das embarcações, onde serão executados os serviços contratados, é o Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB), situado no município de Barra dos Coqueiros/SE, conforme identificado no item 2.1.1.6.

6. VISTORIA

- 6.1.** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 20 de 38

acompanhado por servidor designado para esse fim, de **segunda à sexta-feira**, das **09:00** às 11:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone **(79) 3234 8534** ou e-mail cpl.srse@dpf.gov.br.

6.1.1. A despeito de não existir tal exigência, estará franqueada às interessadas a vistoria aos locais de prestação dos serviços para que aquelas, se assim o desejarem, tomem ciência das condições inerentes aos serviços, **não sendo aceita em hipótese alguma e em nenhum tempo a alegação de desconhecimento em relação aos serviços.**

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

6.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

7. DESCRIÇÃO DAS TAREFAS BÁSICAS

7.1. O serviço compreende a execução das seguintes tarefas básicas:

7.1.1. DIARIAMENTE

7.1.1.1. Inspecionar embarcações antes da saída da bóia (vaga molhada) ou de terra;

7.1.1.2. Inspecionar embarcações quando do retorno a bóia de atracação ou terra;

7.1.1.3. Atender às manobras das embarcações, ocupando os postos para os quais tenha sido escalado;

7.1.1.4. Ajudar na execução das manobras de fundeio, suspender, atracar, desatracar, entrada e saída de diques e outras fainas;

7.1.1.5. Receber, no convés das embarcações e transportar para os paióis respectivos, o material de custeio pertencente à seção de convés;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 21 de 38

7.1.1.6. Executar os serviços necessários à conservação, tratamento, limpeza das embarcações, dos paióis (paiol da amarra, conveses, costado, escotilhas, amuradas, escadas, varandas, passarelas, superestruturas, mastros, guindastes, cábreas, gigantes, turcos, tetos, anteparas, balsas, berços, baleeiras, extratores de ar, ventiladores de gola) e dos demais compartimentos de sua responsabilidade;

7.1.1.7. Executar todas as tarefas determinadas pelo policial responsável pelas embarcações, tais como: limpeza, tratamento, lubrificação e quaisquer outras rotinas de manutenção do material do convés;

7.1.1.8. Baldear e adoçar as embarcações;

7.1.1.9. Auxiliar os policiais responsáveis pelas embarcações em todas as fainas do convés, efetuando pessoalmente a distribuição e o recolhimento do material necessário à faina diária.

7.1.2. EVENTUALMENTE

7.1.2.1. Serviços emergenciais nas Garagens das embarcações;

7.1.2.2. Serviços emergenciais de socorro fora da Sede e na Região Metropolitana;

7.1.2.3. Vistoria das embarcações antes do envio para a oficina mecânica e quando do retorno para a conferência dos trabalhos prestados;

7.1.2.4. Inspeção das embarcações para operações policiais tanto na saída, quanto no regresso a bóia de atração ou terra;

7.1.2.5. Suporte operacional à equipe policial em navegações fora da Sede ou no porto.

7.2. Procedimentos e metodologias a serem empregadas:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 22 de 38

7.2.1. em relação ao Equipamentos de Proteção Individual (EPI), a empresa e seus funcionários deverão cumprir as exigências do Art. 166 e alínea b) do parágrafo único do Art. 158 da CLT (Decreto-Lei 5452/1943);

7.2.2. durante toda a jornada de trabalho os funcionários da contratada deverão portar a CIR e observar atentamente às orientações contidas no ABC do Trabalho em Embarcações, elaborado pelo Ministério Público do Trabalho com base na NORMAM 30 e 33, disponível no endereço eletrônico <http://portal.mpt.gov.br>;

7.3. Deveres e disciplina exigidos;

7.3.1. Nos termos dos Art.s 153, 299, 313-A, 313-B, 325 e 327 do Código Penal Brasileiro e a legislação aplicada ao assunto:

7.3.1.1. Guardar a privacidade e o sigilo das informações disponíveis nos sistemas de informação que tiver acesso;

7.3.1.2. Utilizar as informações que tiver acesso somente nas atividades que lhe compete exercer, não podendo transferi-las a terceiros, seja a título oneroso ou gratuito;

7.3.1.3. Guardar o sigilo e a privacidade dos códigos de usuário e senhas, pessoais e intransferíveis, dos sistemas informatizados que tiver acesso, sendo responsável pelo uso indevido das informações disponíveis, sujeito às normas legais.

8. UNIFORMES

8.1. Conforme determina o item 1.2 do REGULAMENTO DE UNIFORMES DA MARINHA MERCANTE NACIONAL-RUMM (NORMAM 21), os uniformes são de uso obrigatório a bordo, pois permitem, logo à primeira vista, distinguir o grupo, categoria, função e/ou especialidade a que o marítimo pertence.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 23 de 38

8.2. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando, no que couber, o disposto nos itens aplicáveis do RUMM (NORMAM 12):

8.3. O uniforme deverá compreender as seguintes peças:

8.3.1. Uso operacional no terminal (3.6 - Grupo Laranja, a) “Macacão” do RUMM)



8.3.1.1. 2 (dois) macacão: cor laranja , tecido brim, gola virada aberta, frente fechada por zíper, mangas compridas com punho com velcro, elástico na parte de trás da cintura, seis bolsos: dois frontais superiores com tampa e fechamento por velcro, dois frontais inferiores com abertura de faca e dois traseiros sem tampa, faixas de tecido foto-refletivo com largura de 4 centímetros: circular na altura dos cotovelos e dos joelhos, extremidades dos ombros no sentido do peito às costas com a extensão de 16 cm no peito e 22



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 24 de 38

cm nas costas, distintivo de japona bordado a linha, logomarca da contratada bordada no bolso superior esquerdo, conforme modelo;

8.3.1.2. 1 capacete: tipo de segurança, cor branca, com tira jugular;

8.3.1.3. 2 (dois) pares de calçado de segurança: tipo botina, cor preta, com cadarços;

8.3.1.4. 4 (quatro) pares de meia: cor preta, de fio sintético, cano curto terminando em sanfona sem elástico.

8.4. As peças devem ser confeccionadas seguindo os parâmetros mínimos fixados nas Normas da Autoridade Marítima para o Uso de Uniformes na Marinha Mercante Nacional (NORMAM-21); especialmente em relação aos tecidos e qualidade do material.

8.5. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

8.5.1. 02 (dois) conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação, conforme determina o item 1.4 do RUMM (NORMAM 21);

8.6. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários e imprescindíveis,



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 25 de 38

nas quantidades suficientes para a regular execução dos serviços contratados, de acordo com a metodologia de trabalho específica adotada pela empresa;

9.2. Tendo em vista que os tipos e quantidades de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios são influenciados pela metodologia de trabalho escolhida para a execução dos serviços, a quantificação e especificação mínimas estimadas são as constantes da tabela abaixo:

Materiais e utensílios	Unidade	Marca(s) de Referência	Qtd. Mensal	Qtd. Anual
Detergente neutro líquido biodegradável	Frasco 500ml	Ypê / Limpol / Minuano	4	48
Odorizador de ambiente - aerosol	Frasco 360ml	Glade / Bom Ar	1	12
Água sanitária	Frasco 2l	Qboa / Candida / Brilhante	1	12
Esponja de limpeza dupla face	Pacote com 3	Bettanin / 3M / Scotch Brite	0,67	8
Limpa vidros líquido	Frasco 500ml	Vidrex / CIF / Praticce	1	12
Limpador multiuso	Frasco 500ml	Veja / Ajax / Ypê	1	12
Papel higiênico branco folha dupla neutro	Pacote com 8 rolos de 30m	Personal / Qualitá / Sublime	1	12
Toalha de papel interfolhado 2 dobras	Pacote com 1000fl	Manikraft / Kleenex / Lalekla	1	12
Sabonete líquido para mãos	Pote com 250ml	Palmolive / Crysál / Lux	1	12
Saco plástico para lixo 15 litros	Pacote com 20	Embalixo / Lixoplas / Qualitá	1	12
Saco plástico para lixo 50 litros	Pacote com 10	Embalixo / Lixoplas / Qualitá	1	12
Estopa para polimento e limpeza	Pacote com 400g	Vonder / Norton	2	24



CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 26 de 38

Desentupidor de vaso sanitário com cabo	Unidade	Bettanin / Alklin	0,17	2
Escova macia de mão para limpeza	Unidade	Condor / Bettanin	0,17	2
Escova para vaso sanitário com suporte	Unidade	Condor / Bettanin	0,17	2
Pá de lixo	Unidade	Condor / Plasutil / Bettanin	0,25	3
Rodo plástico, borracha 30 cm, para piso com cabo	Unidade	Condor / Bettanin	0,17	2
Rodinho manual de borracha para vidros	Unidade	Scotch Brite / Plasutil	0,08	1
Lã de aço	Pacote com 8 unidades	Brilho / Qlustro / Bom Bril	1,00	12
Sabão em pó	Pacote 1Kg	Brilhante / Tixan Ypê / Surf / Ariel / Omo	2,00	24
Graxa náutica	Pote 500g	Onyx / Mammoth Brasil / Nautispecial	0,33	4
Massa de polir nº 2	Pote 900g	Anjo / Auto Color / Pérola	0,25	4
Óleo desengripante spray	Frasco 300ml	Nauti Special / Tek Bond / Waft	0,17	2
Pasta para polimento de aço inox	Bastão 100g	Vonder / Tramontina	01	12
Silicone gel	Pote 300g	Gitanes / Gel Soft / Detergel	1,00	12
Silicone spray	Frasco 300ml	Boatbrill / UltraLub / Vonder	0,50	6
Anti mofo spray	Frasco 250ml	Novax / Boatbrill / Mofo&Maresia	0,50	6
Flanela, 100% algodão	Unidade	Qualitá / Alklin	02	24
Balde plástico, 13 litros	Unidade	Plasútil / Agraplast	0,33	4
Vassoura de pelo multiuso com cabo	Unidade	Condor / Scotch Brite / Bettanin	0,25	3
Rodo tipo mop (esfregão) com cabo	Unidade	Limpano / Betanin	0,25	3



CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 27 de 38

Luva multi uso forrada, látex	Par	Do Lar / Limpano / Scotch Brite	1,00	12
Capa de chuva PVC forrada	Unidade	Soldacapa / Vonder / Nautika	0,17	2
Saco alvejado 100% algodão	Unidade	Ober / Alklin / Qualitá	0,50	6

EQUIPAMENTO	MARCA REFERÊNCIA	QTD. ANUAL	QTD. GLOBAL (60 MESES)
Aspirador de pó e líquidos profissional, capacidade mínima 20 litros, com mangueira, prolongador, bocal para canto, bocal, e filtro; potência mínima 1300W	ELETROLUX / ROTTERMAN	0,17	1
Lavadora de alta pressão, com rodas, alça de transporte, mangueira com gatilho acionador, pressão mínima 1600 lbs, peso máximo 20Kg	JACTO/ KARCHER	0,17	1

9.3. As quantidades e especificações devem ser suficientes para garantir os padrões de qualidade do serviço.

10. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

10.1. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 28 de 38

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. A Contratada obriga-se a:

11.1.1. executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

11.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

11.1.3. manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

11.1.4. arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

11.1.5. utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.1.6. manter instalações, materiais, equipamentos, ferramentas, utensílios e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização dos serviços;

11.1.7. manter preposto ou escritório no município de Aracajú ou cidades limítrofes, com pessoal qualificado e em quantidade suficiente para gerir o contrato;

11.1.8. instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 29 de 38

11.1.8.1. viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

11.1.8.2. viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;

11.1.8.3. oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.

11.1.9. vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, que dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal;

11.1.10. disponibilizar à CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de uniforme e CIR, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

11.1.11. comunicar à Secretaria da Receita Federal do Brasil, até o último dia útil do mês subsequente ao do início da execução contratual, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, nos termos do artigo 30, II, e § 1º, II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, caso se trate de microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo referido regime tributário que venha a incidir na vedação do artigo 17, XII, da mesma lei.

11.1.11.1. apresentar à Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a referida comunicação, o respectivo comprovante.

11.1.12. apresentar à CONTRATANTE, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone, acompanhada de cópia da Carteira de Identidade e CPF dos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 30 de 38

empregados colocados à disposição da Administração, para fins de investigação social a ser efetuada pelo Núcleo de Inteligência Policial.

11.1.13. apresentar, previamente ao início das atividades e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência.

11.1.14. substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

11.1.15. apresentar pessoalmente ao fiscal do contrato, quando do início das atividades e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, os funcionários colocados à disposição da Administração.

11.1.16. apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação contendo nome completo, CPF, cargo ou atividade exercida, órgão e local de exercício dos empregados alocados, para fins de divulgação na internet, nos termos do artigo 84, §§ 4º e 5º, da Lei nº 12.465, de 2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012);

11.1.17. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos suficientes dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

11.1.18. responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do item anterior;

11.1.19. responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 31 de 38

11.1.20. efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração;

11.1.21. apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão-de-obra oferecida para atuar nas instalações do órgão, a critério da Administração;

11.1.22. não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

11.1.23. não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em dias feriados, exceto quando devidamente determinado pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

11.1.23.1. A quantidade estimada de horas extras por mês é a prevista em instrumento coletivo da categoria, sendo seu custo disposto na Planilha de Custos e Formação de Preços que Compõe o Valor de Referência (Módulo 1).

11.1.24. atender de imediato às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

11.1.25. instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas;

11.1.26. instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Administração toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

11.1.27. relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 32 de 38

11.1.28. fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela Contratante, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da Contratante;

11.1.29. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.30. fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência;

11.1.31. não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados;

11.1.32. manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.33. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

11.1.34. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.35. responsabilizar-se pelas despesas de transporte, hospedagem e alimentação dos seus empregados, caso haja a necessidade de deslocamento



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 33 de 38

para a execução de serviços, conforme estimativa apresentada no item 3. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. A Contratante obriga-se a:

12.1.1. proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital e seus Anexos, especialmente do Termo de Referência;

12.1.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.3. exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.1.4. notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

12.1.5. não permitir que os empregados da Contratada realizem horas extras, exceto em caso de comprovada necessidade de serviço, formalmente justificada pela autoridade do órgão para o qual o trabalho seja prestado e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

12.1.5.1. a quantidade permitida de horas extras por mês é a prevista em instrumento coletivo da categoria.

12.1.6. pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 34 de 38

12.1.7. zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.1.8. não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

12.1.8.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

12.1.8.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas contratadas;

12.1.8.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

12.1.8.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

13. AVALIAÇÃO DO CUSTO

13.1. O custo estimado global da presente contratação é de R\$ 195.065,06 (cento e noventa e cinco mil, sessenta e cinco reais e seis centavos).

13.2. O valor estimado mensal da contratação é de R\$ 16.225,42 (dezesesseis mil, duzentos e vinte e cinco reais e quarenta e dois centavos).

13.2.1. O preço do homem-mês é estimado em R\$ 8.127,71 (Oito mil, cento e vinte e sete reais e setenta e um centavos), sendo que o preço unitário do posto é



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 35 de 38

de R\$ 16.255,42 (Dezesseis mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

13.3. O custo estimado da contratação e os respectivos valores máximos foram apurados mediante preenchimento de Planilha de Custos e Formação de Preços e pesquisas de preços praticados em contratações similares.

13.3.1. Tendo em vista que inexistente imposição legal da divulgação da Planilha de Custos e Formação de Preços no Edital, nos termos da decisão do Plenário da corte superior de contas por meio do Acórdão nº 114/2007 do Plenário do TCU, no intento de não prejudicar a competitividade do certame e a vantajosidade da contratação para a Administração, tal documento integrará o processo licitatório, mas não será divulgado junto ao Edital.

13.3.1.1. Caso seja do interesse dos licitantes, a mesma poderá ser fornecida mediante solicitação via e-mail cpl.srse@dpf.gov.br.

13.4. Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no órgão, situado no endereço: Avenida Augusto Franco nº 2160, bairro Siqueira Campos, Aracaju, Sergipe – CEP 49075-100, nos dias úteis, no horário das **10:00** horas às **12:00** horas e das **14:00** horas às **17:00** horas.

13.5. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 5º, III, da Lei nº 10.520, de 2002.

14. MEDIDAS ACAUTELADORAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 36 de 38

15. CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

15.1. O órgão deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.1.1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.1.2. A fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da Contratada, referentes aos empregados alocados na execução do contrato, deverá ser feita em conformidade com a Instrução Normativa Nº 051/2011-DG/DPF, que regulamenta o acompanhamento, a fiscalização e o controle dos contratos previstos no art. 67 da Lei no. 8.666/93 no âmbito do Departamento de Polícia Federal.

15.1.2.1. Deverá, ainda, seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a necessidade do serviço.

15.1.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

15.2. O fiscal do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

Página 37 de 38

à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



CPL/SR/DPF/SE

Fl. _____

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL

Página 38 de 38

16. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital.

Aracajú, 31 de outubro de 2012.

LUIS HENRIQUE DE ALMEIDA

Agente de Polícia Federal
Matrícula 8593
GPOM/DELEMIG/SR/SE

SIDNEY DE OLIVERIRA ATIS

Delegado de Polícia Federal
Matrícula 433
Delegado Regional Executivo

APROVO o presente Termo de Referência, diante da necessidade em contratar pessoa jurídica para posto de serviço terceirizado a fim de suprir demanda operacional da GPOM/DELEMIG/SR/DPF/SE e, após realizada estimativa para o ano de 2011/2012 com base na projeção de gastos, considerando seu pleno funcionamento em 2010/2011, conforme determinação do § 1º do art. 9º do Dec. 5.450/2005, nas condições apresentadas, para a contratação do seu objeto, por estar adequado às exigências legais vigentes.

JOSÉ GRIVALDO DE ANDRADE

Delegado de Polícia Federal
Matrícula 6078
Superintendente Regional

VIAS ORIGINAIS ASSINADAS